Momento difícil

Não é exagero afirmar que o setor petroquímico está sofrendo diretamente com o acúmulo de déficits comerciais desde o final do ano passado.

Um caminho árduo e imprevisível espera o setor petroquímico nos próximos anos, em razão da má formação genética de seu parque industrial, vítima do modelo arcaico instituído durante o regime militar, que dividiu as gerações da indústria, ao invés de unificá-las. Para recuperar o tempo perdido, o setor agora apressa o passo para se reordenar e alçar níveis crescentes de produção. Surge, no entanto, outro obstáculo pela frente. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ameaça anular todo o processo de privatização nos setores petroquímico e siderúrgico, sob a alegação de que a venda das empresas não foi ressaltada por uma legislação consistente.

Controvérsias à parte, o fato é que a importação de produtos petroquímicos tem acusado expansão significativa, sobretudo nos últimos dois anos, o que determinou, em grande parte, o atual rombo da balança comercial brasileira, que passou de US$4 bilhões, no momento. Esse quadro atesta a insuficiência da produção interna para atender à demanda nacional.

O vice-presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Guilherme Duque Estrada, acentua não existirem dados precisos quanto à participação dos petroquímicos no desequilíbrio da balança, uma vez que, para efeito de cálculo, não são incluídos os produtos farmacêuticos. Certamente, a estabilização e o processo de abertura econômica contribuíram de forma decisiva para o resultado. Duque Estrada destaca que está em curso uma tendência mundial de concentração industrial nessa área, em que a escala é o que fala mais alto, dentro do espectro da globalização de mercados. "A associação entre empresas é um processo natural, seja por meio de associações, fusões ou joint-ventures", diz. Entre as novas fronteiras, ele desliza a implantação de indústrias no Leste Europeu, mais recentemente. Nessa corrida por investimentos, o Brasil possui como principal vantagem competitiva o tamanho de seu mercado, agora entendido como parte do Mercosul.

O Mercosul cumpre um papel estratégico fundamental para a ampliação dos ganhos de escala por parte da indústria química e petroquímica nacional neste final de século. Em cinco anos, as exportações brasileiras para o bloco econômico

Segundo o vice-presidente da Abiquim, após a abertura comercial, a partir de 1989, a petroquímica nacional tem apresentado índices crescentes de produtividade. Para se adequarem aos padrões internacionais, as indústrias fizeram cortes profundos de pessoal, que ficou reduzido à metade do início da década. Duque Estrada explica que grande parte desse contingente acabou sendo terceirizado, por se tratar de atividades periféricas, como prestação de serviços, manutenção, limpeza, entre outros. A entidade projeta investimentos de US$6 bilhões no período de 1996 a 2000. Atualmente, a média de investimentos em tecnologia é de apenas 0,87% do faturamento anual. A comparação com os países europeus (4% do faturamento anual) fica prejudicada, uma vez que no Brasil o cálculo da Abiquim não leva em conta os fármacos.

“Deveremos assistir, nos próximos anos, à concentração de empresas, que se tornarão monoprodutoras, dado o imperativo dos ganhos de escala e da competitividade internacional. Entre os produtos, a demanda será maior para produtos com base em resinas plásticas. No contexto empresarial, haverá um movimento vigoroso de abertura de capital, com captações externa e interna, sob a forma de emissão de bônus, debêntures e outras modalidades”, avalia. Ele lembra que a iminente quebra do monopólio na produção de matérias-primas fará com que afliam investidores institucionais, como os fundos de pensão.

**Tributo em cascata**

Duque Estrada assinala que a incidência de tributos em cascata é um empecilho, por vezes, intransponível para muitas empresas. Incluem-se nesse caso o PIS-Pasep, a Cofins e a CPMF. “O problema é não apenas o tributo em si, mas a cobrança em praticamente todos os ciclos de produção, encarecendo de 20% a 30% do produto final e lhe retirando competitividade”, explica.

Em seu relatório setorial divulgado em julho último, a Abiquim destaca que a competição desigual no mercado interno com fabricantes estrangeiros está estrangulando as margens de lucro das empresas nacionais, a ponto de algumas delas operarem com margens negativas para não fechar as portas. O similar externo, quando entra no país, depara apenas com uma alíquota, que pode variar de 2% (para itens não produzidos pelo Mercosul) a, no máximo, 14% (caso das resinas termoplásticas). Na média, a alíquota fica em torno de 12%.
Embora tenha admitido integralmente as 18 propostas de recuperação do setor, entregues pela Abiquim em dezembro do ano passado, o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) não as colocou em prática, ainda. De acordo com Duque Estrada, as duas mais importantes dizem respeito à eliminação, para todos os setores, da Cofins e da CPMF e à isenção permanente de IPI para a compra de equipamentos pela indústria nacional. A isenção está garantida apenas durante a vigência de uma medida provisória. O vice-presidente da Abiquim comenta que a atividade precisaria contar com taxas de juros comparáveis com aquelas praticadas pelos líderes mundiais, como, por exemplo, os EUA. Em meados de junho último, o BNDES decidiu reduzir as taxas de juros cobradas por seus financiamentos, medida que atendeu, só parcialmente, às necessidades desse e dos demais setores econômicos mais expostos à concorrência internacional.

Não é exagero afirmar que o setor petroquímico está sofrendo diretamente com o acúmulo de déficits comerciais desde o final do ano passado. Neste ano, apenas esse setor deverá responder por um déficit comercial de US$5 bilhões, para um montante global estimado (todos os setores econômicos) de US$10 bilhões. No ano passado, a petroquímica nacional exportou US$3 bilhões e importou US$8 bilhões. Curioso observar que, desse total importado, US$2 bilhões se referem a somente 30 produtos (25%), ao passo que os US$6 bilhões restantes estão pulverizados em mais de 800 produtos. Dos 30 principais produtos, destacam-se matérias-primas e fertilizantes (US$600 milhões), DPA (US$140 milhões), poliestireno (US$85 milhões), ureia (US$77 milhões), metanol (US$63 milhões), polietileno (US$58 milhões), polipropileno (US$40 milhões) e policloreto (US$41 milhões).

A totalidade dos 100 milhões de toneladas anuais de produtos petroquímicos produzidos no país é integralmente consumida pelo mercado interno, o que coloca o Brasil entre a oitava e nona economia mundial nesse setor. Caso se ratifique o crescimento da atividade nos próximos três anos, será possível galgar a sexta posição nesse corrido ranking internacional. Mas a escala de produção brasileira ainda está muito aquém de seus pares no exterior. Segundo o consultor da Abiquim e economista Arthur Cardal, o país já detém escala de produção, mas carece de matéria-prima barata. Um dos exemplos disso é o gás natural, que vem sendo explorado com maior intensidade na Bacia de Campos. Seu volume não é suficiente para justificar investimentos vultosos. Outro indicativo da precariedade do setor é a nafta, principal insumo petroquímico da atualidade, cuja importação atende a 1/3 do consumo interno.

**Queda da rentabilidade**

A abertura da economia na área petroquímica começou a surtir seus efeitos concretos a partir de 1992, quando houve um período de expansão notável da atividade. Essa fase de prosperidade se manteve até 1994, ano de implantação do real e da estabilização econômica. A partir daí, as empresas começaram a enfrentar dificuldades, como a disparidade entre seus preços e a sua estrutura de custo, ainda muito elevada.
Segundo a analista de investimentos do Banco Boavista, Maria das Graças Dantas, esse quadro levou à queda de rentabilidade do setor, em que as indústrias passaram a apurar lucros pequenos. Ela ressalta que, como toda commodity, o produto petroquímico brasileiro é influenciado pelas cotações internacionais.

O cenário adverso se deteriorou ainda mais em 1995, seja pela restrição externa de demanda, como também pelas medidas contracionistas de consumo adotadas pelo governo. No ano passado, o setor sofreu com o excesso de oferta para uma demanda fraca. Resultado: preços em queda. A partir deste ano, a analista do Boavista entende que se inicia um novo ciclo de recuperação de preços no mercado internacional, uma vez que o excesso de estoques do passado deixou de existir, abrindo novamente espaço para a oferta, já que o pata mar médio de preços dos principais produtos petroquímicos continua baixo. "As empresas nacionais, de maneira geral, ainda precisam promover mais ajustes internos, sobretudo no que toca ao controle de custos e na administração mais eficiente do giro de seus estoques, elevar a produtividade e negociar com os fornecedores maiores prazos e preços compatíveis aos internacionais", assinala.

Já a analista Márcia Regina Meinrino, da Lopes Filho Consultores, discorria do entendimento de que existem fases ou ciclos de alta ou baixa no mercado petroquímico. Para ela, o setor é muito volátil para se enquadrar em definições como essa: "Nosso acompanhamento demonstrou que os preços estiveram longe de se manter estáveis neste ano, após apresentarem queda no segundo semestre de 1996."

Márcia avalia que a demanda internacional pelos produtos continuou fraca, ao contrário da oferta, que continua crescendo. A perspectiva, portanto, é de preços estáveis nos próximos meses: "Preferimos não trabalhar com ciclos, devido à instabilidade natural desse setor."

Mais que um ciclo, a analista entende que fatores concretos, como o Plano Real e a volta da China às compras, exercem muito maior influência sobre as empresas. Para ratificar o argumento de que os preços petroquímicos são voláteis, a analista da Lopes Filho informa que a nafta sofreu grandes variações no mercado interno, por conta do preço do petróleo, passando de US$146,51/t no primeiro trimestre de 1996 para US$220,33/t em igual período deste ano. Já no mercado externo, a nafta, pelo mesmo comparativo, pulou de US$154/t para US$224/t. Movimento semelhante registrou o etano, que em janeiro de 1996 custava US$505/t. Um ano depois, o produto estava valendo US$605 no mercado internacional e US$539,80 no mercado interno.

A grande incógnita é descobrir como acelerar a modernização do parque petroquímico, sem que isso resulte no aniquilamento da indústria nacional. Mas, uma coisa é certa: ganhar escala e competitividade, mais do que nunca, é preciso.

Marcello Signait
jornalista

Serviços de Utilidade Pública

Procura de recursos e modelos de gestão

O ano de 1996 foi particularmente rico em termos de número de casos de desempenho económico-financeiro e operacional positivo no setor de serviços industriais de utilidade pública.

Entre os proveedores de serviços industriais de utilidade pública, dois segmentos têm merecido especial atenção dos governantes e da imprensa: o setor elétrico e o de saneamento básico. Os serviços de saneamento básico são de vital importância para a melhoria da qualidade de vida da população, o que é suficiente para justificar as preocupações com o déficit de serviços existentes. O setor elétrico tem sido alvo de preocupações, na medida em que se pretende estabelecer as condições propícias para um novo ciclo de desenvolvimento económico.

**Setor elétrico: no centro dos debates**

Em um contexto de esgotamento das tradicionais fontes de financiamento, é natural que se queira definir um ambiente normativo e institucional favorável aos investimentos e que se procure afastar os constrangimentos que hoje ameaçam a sustentabilidade do processo de crescimento. A evidência de que a precariedade de ou a insuficiência de seus serviços podem afetar negativamente o consumo e criar gargalos para o crescimento económico coloca o setor elétrico no centro dos debates econômicos.

Atividades essenciais para a manutenção e o desenvolvimento das transações econômicas, os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica precisam ter a sua oferta permanentemente adequada ao nível das atividades da economia. Como os investimentos nestas áreas requerem um prazo razoavelmente longo de maturação e a previsão de demanda não é trivial — até porque são diversos os substitutos da energia elétrica —, o planejamento setorial é de fundamental importância. A tomada de decisões de investimento nesta área exige vasta gama de informações, sofisticadas técnicas de planejamento e acurada visão estratégica.

Embora cercados de incertezas, os projetos de integração económica atualmente em evidência — Mercosul e Alca — devem favorecer a destinação de recursos